

Mesa -Mulheres e Sociedade

Apresentada na SBPC de 2017 em Belo Horizonte

Titulo :

Como o golpe parlamentar de 2016 têm impactado na vida das Mulheres

Eleonora Menicucci de Oliveira

- 1- em que contexto estamos vivendo e falando das mulheres na sociedade: vigência de um golpe parlamentar que retirou a primeira mulher eleita e reeleita Presidenta do cargo sem crime de responsabilidade; consolidação com a implantação veloz de mudanças na constituição federal que desmonta e retira direitos conquistados há anos, sociais, políticos , econômicos e individuais.
- 2- A forte razão do golpe parlamentar de 2016 foi para implantar as políticas neo liberais do Consenso de Washington que os governos anteriores Collor e FHC não terminaram: desregulamentação, privatização, cortes sociais que estruturam o Estado mínimo: congelamento do orçamento da União por 20 anos; Desmonte da CLT ; Desmonte da Previdência; Escola sem Partido; a volta do Brasil ao mapa da fome; cortes de recursos para as políticas sociais .Perdas de direitos
- 3- Para isto adotaram a Doutrina do Choque explicada por Naomi Klein: cria-se ficticiamente uma crise política de ingovernabilidade, articula-se o golpe entre forças da elite(judiciário, empresários , capital financeiro internacional, grande mídia, parlamento, como já denunciado por vários empresários e políticos);entra velozmente com a doutrina do choque econômica de Milton Friedman, pai do neo liberalismo:Eis o golpe que se consolida a cada dia.
- 4- Segundo Simone de Beauvoir, são nas crises que as mulheres sempre foram e são as primeiras a serem atingidas em seus direitos.

- 5- É por isto que concordo com Nancy Frieser quando aponta a mística do tal de empoderamento das mulheres nos governos neo liberais.
- 6- É sobre isto que quero falar um pouco, articulando com os avanços que tivemos entre 2003 e 2016 , com os desmontes e a retirada do orçamento das políticas de gênero.
- 7- Institucionalização de um organismo voltado para políticas para mulheres, 2003 SPM;

Garantia de recursos orçamentários para as políticas de gênero o PPA Plano Pluri Anual (2003-21,4 milhões e 2015-298 milhões;

Transversalidade das políticas de gênero no âmbito do governo federal ;Nesse sentido, enfatizamos que as políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, do acesso à casa própria, como Minha Casa Minha Vida, os programas Água para Todos, como as cisternas e Mais Médicos, documentação para as trabalhadoras rurais se articulam inseparavelmente das políticas especificamente destinadas às mulheres.

: criação por portaria dos diferentes ministros de um Comitê de Gênero no interior dos ministérios para formular as políticas com a perspectiva de gênero e simultâneo monitoramento(Comitês de Gênero);

Cerca de 1,2 milhão de cisternas foram construídas com recursos públicos, mais da metade em casas chefiadas por mulheres, que constituem 70% da população atingida.

Em parceria com os sistemas ligados a indústria e ao comércio no Brasil, promovemos a maior estratégia de formação para o trabalho. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego teve 8 milhões de matrículas, dessas 60% femininas. Isso também permitiu a elevação da escolaridade e dos ganhos salariais. Já em 2014 essa mudança pode ser sentida com a obtenção de um salário um pouco maior para as mulheres no momento da admissão no emprego, em relação aos seus colegas homens.

1 Programa Mulher Viver sem Violência

O Programa “Mulher, Viver sem Violência” foi lançado em 13 de março de 2013, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede sócioassistencial e da promoção da autonomia financeira.

A iniciativa foi transformada em Programa de Governo por meio do Decreto nº. 8.086, de 30 de agosto de 2013, com dotação orçamentária de R\$ 360 milhões e tem como eixos: implementação da Casa da Mulher Brasileira, atendimento ampliado do serviço 180, ampliação do atendimento às vítimas de violência sexual, serviços de saúde e coleta de vestígios de crimes sexuais, implantação e manutenção dos Centros de Atendimento as Mulheres em regiões de fronteira seca, campanhas continuadas de conscientização e as Unidades Móveis para mulheres em situação de violência no campo e na floresta.

Dessas ações, a Casa da Mulher Brasileira representa um salto conceitual e político, pois reúne em um mesmo espaço de (cerca de 3 mil m² em média), a maioria dos serviços necessários para a interrupção da violência da qual a mulher é alvo. Com acolhimento e atendimento humanizado, seu objetivo é facilitar o acesso dessas mulheres a esses serviços, e apoiando a saída do ciclo da violência.

Reúnem-se na Casa: delegacia especializada para atendimento as mulheres, Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar, Promotoria Especializada no Atendimento às Mulheres, Defensoria Pública Especializada, alojamento temporário, atenção psicossocial, espaço para crianças durante atendimento, entre outros. Este projeto resulta de pactuações entre os entes federados (união, estados e municípios) e a corresponsabilidade de cada de seus agentes.

Das 27 Casas da Mulher Brasileira previstas, inaugurei duas – a de Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul, na região

centro oeste e a de Brasília, capital federal. Quando fui destituída pelo golpe, estavam em fase adiantada de construção, com inauguração prevista ainda em 2016, as unidades de Curitiba, capital do estado do Paraná, na região sul, São Paulo, capital do estado de São Paulo, na região sudeste, Boa Vista, capital do Estado de Roraima, na região norte e, na região nordeste as de São Luiz, capital do Maranhão, Fortaleza, capital do Ceará e Salvador, capital do estado da Bahia. As 19 restantes tinham previsão de inauguração ao longo de 2017.

Até o surgimento das Casas da Mulher Brasileira, o atendimento às situações de violência doméstica e familiar de gênero era feito por uma extensa Rede, distribuída por estados e municípios do país, e que foi impulsionada pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2007). Incluiu 54 Unidades Móveis, que ao lado da Agência Barco da Caixa Econômica Federal atendem e orientam as mulheres que vivem na floresta e na beira dos rios.

Essa rede nacional, adequada à Lei Maria da Penha (2006), reúne quase 2.000 serviços especializados de responsabilidade estadual e municipal, observando as normas técnicas orientadoras elaboradas e emitidas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. A Casa da Mulher Brasileira, impulsionada pelo nosso Governo, foi projetada para Capitais e grandes cidades.

Importantes avanços ocorreram na legislação e na normatização de atendimentos. Pelo menos três leis merecem ser destacadas: a que tipificou o crime de Femicídio (Lei 13.104/2015); a que estabelece o atendimento obrigatório integral às vítimas de violência sexual (Lei 12.845/2013); e a que passa a ofertar, pelo Sistema Único de Saúde, cirurgias reparadoras de sequelas e lesões causadas por atos de violência contra as mulheres (Lei 13.239/2015).

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, criada em 2005, foi transformada em um telefone Disque-denúncia para encaminhar os casos para os pontos focais da área de Segurança Pública e também para o Ministério Público, ambos de nível estadual. Em dez anos atendeu a quase 5 milhões de mulheres.

Para acolher denúncias vindas de outros países, a Central que em 2011 atendia brasileiras vivendo em três países, passou a receber ligações de 13 países, aqueles com maior quantidade de buscas por atenção apresentadas por brasileiras no exterior.

2 Autonomia econômica

O fortalecimento econômico das mulheres para superação das desigualdades recebeu de nosso governo um tratamento transversal, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, e que envolveu outros ministérios e órgãos federais. Teve uma relação direta com a sociedade civil ao ampliar direitos e promover pactuações com empresas privadas e públicas.

Uma das mais medidas mais significativas foi a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Constitucional 72/2013, que ampliou para as trabalhadoras domésticas de 13 para 29 direitos trabalhistas consolidados em lei. Essa medida foi considerada uma conquista histórica no país, por corrigir uma distorção e enfrentar o legado do racismo e da escravidão no país.

No Brasil, o emprego doméstico tem ainda impacto econômico em parcelas significativas da população feminina, abrangendo 6,4 milhões de trabalhadores, 92% de mulheres, sendo majoritariamente negras (65%). Assim, a aprovação da Emenda reconstituiu um direito à igualdade, tendo sido fruto de uma luta histórica do movimento de mulheres negras e das trabalhadoras.

O Programa Pró Equidade de Gênero e Raça, criado em 2005 para ampliar a inserção e a permanência das mulheres nas empresas, e ao mesmo tempo promover seu acesso a cargos executivos, chegou a 2 milhões de mulheres. Busca criar um novo paradigma nas relações de trabalho, baseado no enfrentamento a todas as formas de discriminação nessa área. De 2013 a 2016, cerca de 200

empresas se qualificaram para elaborar e cumprir um programa, que inclui ampliação de licença maternidade, o estímulo à licença paternidade, à formação interna em temas de gênero e raça, entre outros critérios.

3 Educação não sexista e voltada para a Ciência

Sabemos que um dos desafios globais é a superação das fronteiras educacionais e o ingresso de mulheres em carreiras científicas. Os programas Mulher e Ciência, Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharia e Computação e o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero ampliaram os horizontes de milhares de jovens brasileiras. A educação não sexista e o enfoque de gênero, apesar de combatidos pelos setores conservadores, mantiveram-se como diretrizes em nosso governo, com 40 mil professores e professoras capacitados.

4 Mais Mulheres no Poder

As organizações internacionais e acordos entre países recomendam a ampliação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Para tanto, é necessário que se implementem medidas que favoreçam e contribuam para a sua participação como um importante aspecto da construção da cidadania. É também bastante discutido o fato de que no Brasil, apesar de uma mulher ter sido alçada à presidência da república por duas vezes, ainda há o grande desafio de aumentar a presença feminina nos espaços de poder e decisão política

Justamente por isso, além de uma ação mais ampla entre as lideranças políticas do país, como governo adotamos um conjunto de iniciativas, como a criação do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, com o objetivo de discutir e desenvolver ações que possam superar o problema da sub-representação política.

No Brasil estão em vigência leis que asseguram cotas mínimas de 30% para cada sexo e uma série de medidas com vistas a fortalecer

a atuação feminina nas agremiações partidárias. Uma mini reforma eleitoral em 2013 aprovou a promoção de propaganda pelo rádio e televisão para incentivar a igualdade de gênero, bem como um percentual de 5% do Fundo Partidário nas atividades de formação de mulheres. Conquistas pequenas, mas duramente buscadas nesse período.

Campanhas e pesquisas sobre participação feminina foram realizadas para melhor conhecer as barreiras ao acesso e permanência das mulheres na disputa política, enquanto inúmeras capacitações se disseminaram no país. Os resultados das últimas eleições apontando a redução do número de mulheres no Congresso e também nas instâncias dos estados e municípios, demonstraram que questões estruturais da nossa sociedade e em especial do sistema político colocam-se como obstáculos a serem removidos.

Na área da saúde, a Presidenta sancionou uma portaria para universalizar o atendimento às mulheres em situação de violência e de estupro, o que implica no aborto nos casos previsto em lei e também na oferta da contracepção de emergência pelos serviços públicos e conveniados do SUS, em até 72 hs.

Fortalecemos os serviços de aborto legal no SUS, para que atendessem as mulheres com respeito e dignidade e aumentou-se o valor do procedimento dentro do SUS.

Foram avanços enormes e a maioria deles foi desestruturado ou paralisado. Em momentos de crises, Simone de Beauvoir já disse que os cortes acontecem primeiro nas ações voltadas para a vida das mulheres. Isso porque o patriarcado é o sustentáculo do capitalismo, o sustentáculo das políticas neoliberais.

Muito também não fizemos. Como por exemplo avançar nos direitos sexuais e reprodutivos, como uma das pautas mais importantes do feminismo que é a descriminalização do aborto. Mas, digo, com toda transparência da total impossibilidade de enviar qualquer projeto ou mesmo apoiar algum outro, com a

composição do congresso nacional, marcado por fundamentalistas e conservadores, sem nenhuma disposição para o diálogo.

Outro ponto também que, a despeito de estar na Constituição de 1988, não conseguimos regulamentar, que é o salário igual para trabalho igual. Forças do mercado sempre impediram, qualquer avanço nas discussões.

Numa sociedade como a nossa, de raízes patriarcais, onde prevalece o machismo nas relações de poder, é muito difícil às mulheres disputarem em igualdade de condições e de oportunidades, apesar de toda a trajetória de lutas e acúmulos políticos e conceituais obtidos. Sem a reversão desse quadro, continuará sendo penosa a caminhada para a conquista de espaços que possam contribuir, efetivamente, para as mudanças na composição das instâncias de poder. E, sobretudo, para realizar as grandes disputas necessárias no campo dos símbolos, das representações sociais e da cultura.

Tais fatos demandam uma reflexão radical sobre todo o sistema político e a necessidade de transformações. Nesse sentido, a realização de uma ampla reforma política no sistema, por uma constituinte exclusiva, parece apontar como um caminho para superação das profundas distorções da política brasileira.

Acreditamos que a democracia e a cidadania caminham juntas. Que só será possível resgatar a democracia no Brasil com as mulheres participantes e ativas, presentes em todos os lugares da vida social. Conquistar os espaços enquanto se luta é uma boa forma de seguir em frente.

Estamos vivendo, portanto, muitos retrocessos e perdas de direitos, com a eliminação de conquistas históricas. Se a reforma da Previdência Social (que regula a pensão e aposentadoria de todas as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros) for aprovada, será a mais cruel e a mais trágica para toda a população, mas, sobretudo, para as mulheres. Ela reduz expectativas de um futuro com segurança

O congelamento orçamentário dos gastos do governo por 20 anos, resultado da Emenda Constitucional 55, compromete nada menos do que cinco mandatos presidenciais, retirando da população brasileira o direito de escolher onde e como investir os recursos públicos. Atinge drasticamente o orçamento destinado à educação, saúde e para as políticas sociais, notadamente aquelas destinadas às políticas para a igualdade de gênero, raça e direitos humanos.

O assassinato da CLT pelo senado federal coloca o Brasil muito semelhante à época da escravidão: trabalho intermitente, desregulado, o negociado sobre o legislado, cortes em todos os direitos, flexibilização, as mulheres gestantes e lactantes podem trabalhar em lugares insalubres. As trabalhadoras domésticas passam a ser pessoas jurídicas, acaba com o sindicalismo.

Do ponto de vista da Educação, a aprovação da reforma do Ensino Médio com a inclusão na base nacional do currículo da perspectiva da “Escola Sem Partido, sem as disciplinas críticas - Sociologia, Filosofia e Educação Física, tem o objetivo formar cidadãos adestrados. São impactos que provocam retrocessos e colocam as mulheres em lugares dos quais nós já havíamos saído -, o tanque e a cozinha. São muitos retrocessos e perdas de direitos que a sociedade não aceitará passivamente, e está dando vigorosas respostas, resistindo aos ataques.

Impacto nas políticas para as mulheres: desmonte dos programas considerados um dos mais avançados pela ONU no enfrentamento a Violência de gênero; Mulher Viver sem violência e no de autonomia econômica da mulheres :Pró Equidade de gênero e raça; titularidades da mulher nos programas minha casa minha vida, bolsa família, Agricultura familiar e documentação para as mulheres rurais; a permissão da gestante e lactante trabalharem em lugares insalubres ; aposentadoria das mulheres, a mudança na legislação da PEC das trabalhadoras domésticas

Consolidação da cultura do medo, do veto à fala; cultura do estupro; trabalho igual para salário igual

Não existe democracia sem voto, sem igualdade de gênero.

OS DESAFIOS SÃO ENORMES

DIRETAS JÁ CONQUISTADA PELAS RUAS

RADICALIZAR A DEMOCRACIA; PARTICIPATIVA E REPRESENTATIVA COM GESTÃO COLETIVA E INCLUSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

As mulheres são sujeitos determinantes e estruturantes na luta pela volta á democracia em nosso país.

É acreditando na capacidade da população brasileira dar suas respostas, que defendemos o processo de retomada da democracia. O Brasil só ganhou quando a democracia venceu. Esta luta será nas ruas, não por pacto ou negociação por cima, como as elites se acostumaram ao longo de nossa história.